

**ACTA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA**  
**DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A**  
**20 DE DEZEMBRO DE 2010**

**ACTA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A 20 DE DEZEMBRO DE 2010**

No dia vinte de Dezembro do ano de dois mil e dez, pelas vinte e uma horas, na Delegação dos Serviços Municipais em Alcáçovas, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho em sessão ordinária.

Os pontos constantes da ordem de trabalhos foram os seguintes:

- 1)** Proposta de aprovação da acta em minuta;
- 2)** Apreciação de informação escrita sobre a actividade da Câmara;
- 3)** Pedido de autorização para atribuição da Medalha de Honra do Município à Casa do Benfica em Viana do Alentejo, nos termos do Regulamento Municipal de Insígnias e Medalhas;
- 4)** Pedido de autorização para atribuição da Medalha de Honra do Município ao Grupo Cultural e Desportivo de Aguiar, nos termos do Regulamento Municipal de Insígnias e Medalhas;
- 5)** Propostas relativas à organização dos Serviços Municipais:
  - a) Aprovação do modelo de estrutura orgânica;
  - b) Aprovação da estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares;
  - c) Definição do número máximo de unidades orgânicas flexíveis;
  - d) Definição do número máximo total de subunidades orgânicas;
  - e) Definição do número máximo de equipas de projecto;
  - f) Designações, competências, área e requisitos de recrutamento e níveis remuneratórios dos cargos de direcção intermédia de 3.º grau.
- 6)** Proposta de aprovação do Mapa de Pessoal para 2011;
- 7)** Proposta de aprovação dos Documentos Previsionais para 2011.

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e procedeu de imediato à verificação das presenças. Estiveram presentes os seguintes membros:

- António João Coelho de Sousa, que presidiu;
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de primeiro secretário;
- Francisco Aquilino Chibeles Mestre;
- Bruno Miguel Pintado Pinto;
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes;
- José Luís Potes Pacheco;
- Marcos Júlio Calado Caleiro;
- João Henrique Carracha Garcia;
- Rui Manuel Pires Penetra;
- Vera Lúcia Calca Bonito Cardoso;
- João Manuel Sim Sim Rosado;
- Joaquim Rodolfo Viegas, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo;
- Sara Cristina Cupido Grou Sim Sim Pajote, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas;
- José Francisco Seco Rato, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar.

Verificaram-se as faltas dos membros:

- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro;
- Rui Alexandre Graça Dias;
- Jacinto Manuel Sacristão Valente;
- Zélia Maria Mira Valério, Segundo Secretário da Assembleia.

Em representação da Câmara Municipal esteve o senhor Presidente, tendo estado também presentes os senhores Vereadores João António Merca Pereira, Paulo José Cachola Manzoupo, José Jacinto Bento Grave e Estêvão Manuel Machado Pereira.

Mediante votação por escrutínio secreto, a mesa justificou por unanimidade as faltas dos membros João Henrique Carracha Garcia, Zélia Maria Mira Valério e Rui Manuel Pires Penetra, à sessão extraordinária de 19 de Novembro de 2010.

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de “antes da ordem do dia”, tendo posto a votação as seguintes actas:

- Relativa à sessão ordinária de 30 de Setembro de 2010, que foi aprovada com as abstenções dos membros Sara Pajote, Francisco Mestre e Vera Cardoso, por não terem estado presentes;
- Relativa à sessão extraordinária de 19 de Novembro de 2010, que foi aprovada com as abstenções dos membros Rui Penetra e João Garcia, por não terem estado presentes.

O membro Francisco Mestre referiu que na sessão a que faltou, a Assembleia Municipal aprovou alterações aos Regulamentos de Apoio Financeiro às Actividades Culturais e às Modalidades Desportivas. Contudo, tendo verificado as modificações introduzidas, continua a não estar presente a discriminação positiva das Associações.

O senhor Presidente da Câmara respondeu que os Regulamentos, embora com as alterações efectuadas, estão longe de estarem perfeitos. Pretendendo-se que a elaboração dos mesmos consista num processo dinâmico e participado, são aceites para análise todas as propostas que as Associações e os particulares entendam por bem fazer. No caso dos Regulamentos de apoio financeiro às Actividades Culturais e Desportivas já assim se procedeu e muitas das sugestões recebidas foram contempladas nas alterações levadas a cabo. Disse o senhor Presidente da Câmara ao membro Francisco Mestre que sendo provável que os Regulamentos venham a sofrer novos ajustes no próximo ano, poderá ele formalizar a proposta que entender para ser objecto de análise.

O membro Rui Penetra disse que, em nome dos eleitos da força política CDU, desejava apresentar uma moção para apreciação e votação por parte da Assembleia.

O senhor Presidente da Assembleia recordou que no Regimento da Assembleia Municipal não se encontra qualquer ponto referente à apresentação de Moções. Contudo, atendendo aos assuntos a que a mesma se refere, parece-lhe poder enquadrar-se na alínea b) do artigo 38.º do referido Regimento.

A Assembleia considerou possível, por unanimidade, este enquadramento pelo que o membro Rui Penetra passou à leitura da seguinte Moção:

**“Moção** – Pelo quarto ano consecutivo o concelho de Viana do Alentejo não tem nenhuma verba inscrita em PIDDAC, não haverá investimento público no concelho. Não é porque tenhamos tudo feito, aliás são conhecidas as necessidades existentes. Ao longo dos anos sempre o Deputado do

PCP, eleito pelo Distrito de Évora, apresentou propostas de verbas para a **Recuperação do Paço dos Henriques em Alcáçovas**, para a **Recuperação do Posto da GNR em Viana do Alentejo** e para a **Construção do IC33**, propostas que os deputados do PS e do PSD votaram e continuam a votar contra. Certamente, porque não estão interessados no desenvolvimento do concelho de Viana do Alentejo. E este ano, devido ao agravamento da situação social, que assistimos pelo país e que o nosso concelho não é excepção, o Deputado do PCP – João Oliveira, propôs também a **inclusão de uma verba para a conclusão da sede da Associação de Reformados de Viana do Alentejo**. Mas a mesma foi chumbada, pelos votos dos deputados do PS e do PSD. Contudo, em 2010, na reunião da Assembleia Municipal de 26 de Fevereiro, a propósito da questão de **Recuperação e Requalificação do Posto da GNR** o senhor Presidente da Câmara disse “que tinha a informação escrita que seria disponibilizada verba para a reparação do Posto da GNR de Viana do Alentejo”. É o momento de perguntar: **quem enganou, quem?** Pois passado mais um ano nada aconteceu e a GNR continua a funcionar numa casa alugada, por falta de condições no seu posto, situação que não prestigia a instituição nem os seus profissionais e muito menos o concelho. É preocupante que de novo em 2011, continuem a não existir verbas para a premente e necessária **Recuperação do Paço dos Henriques em Alcáçovas e da Recuperação e Requalificação do Posto da GNR em Viana do Alentejo**, e mais uma vez as propostas apresentadas foram rejeitadas pela maioria PS e PSD na Assembleia da República. Acresce que 2011 é um ano de agravamento de uma grave situação social, em que o governo congela os salários dos trabalhadores da administração pública e local, impede as progressões e o ingresso de novos trabalhadores, assim como impede os Municípios de recorrerem ao crédito. E como se não bastasse vai ainda mais longe e retira verbas às Autarquias Locais, no caso de Viana do Alentejo a Câmara vê o Governo retirar-lhe 380.994 euros. **Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Viana do Alentejo, reunida em sessão ordinária a 20 de Dezembro de 2010, delibera:**

1. Manifestar ao Governo e aos Grupos Parlamentares que impediram a inclusão de verbas em PIDDAC, o seu protesto pela forma como o PIDDAC regionalizado para 2011, **penaliza mais uma vez o Alentejo e ignora pelo quarto ano consecutivo o concelho de Viana do Alentejo e continua a não prever qualquer investimento neste concelho.**
2. **Manifestar o seu profundo descontentamento pelas limitações financeiras que estão a ser impostas ao Poder Local e das repercussões que irá ter nas obras e na prestação de serviço às populações do nosso concelho. O Poder Local é a primeira resposta e muitas das vezes a única, que as populações têm para os seus problemas. Com estas medidas, o Governo mais uma vez prejudica as populações.**
3. Condenar a política do Governo que prejudica quem mais precisa e exigir **políticas efectivas de promoção do investimento público e privado e de correcção de assimetrias regionais, permitindo um justo equilíbrio na distribuição dos investimentos pelo País.**

Alcáçovas, 20 de Dezembro de 2010. A Bancada da CDU”

O membro José Luis Pacheco, acerca da Moção apresentada disse que se estão sistematicamente a imputar responsabilidades ao Poder Central quando internamente não se resolveram situações que se podiam e deviam ter resolvido. Exemplificou com os empréstimos que caducaram sem quaisquer utilização de verbas e com a não execução da Piscina Coberta de Viana e do Pavilhão Desportivo de Aguiar. Disse este membro que acerca destas situações que enumerou nunca assistiu à apresentação de qualquer moção por parte da CDU a manifestar o seu descontentamento pelo que não lhe reconhece autoridade moral para agora o fazer.

Mediante prévia autorização do senhor Presidente da Câmara entrevistou o senhor Vereador Estêvão Pereira que referiu verificar uma “tendência assustadora para escorregar o pezinho para o passado”. Quanto à CDU não ter autoridade moral para a apresentação de moções disse este Vereador “que era só o que faltava”. Disse o senhor Vereador Estêvão Pereira que sendo o membro José Luis Pacheco perito em ler as actas que lhe interessam, certamente terá presente aquelas em que são referidos os motivos pelos quais o projecto da Piscina Coberta de Viana não foi concluído bem como a respectiva obra. Quanto ao Pavilhão de Aguiar disse o senhor Vereador Estêvão Pereira que as explicações também estão dadas. Referiu que a dada altura, existiam as condições todas para que a obra tivesse sido executada e só não o foi porque “meia dúzia de vozes” se levantaram discordando com a localização em cima do Ringue. Disse este Vereador que é sua convicção que esta obra, como não foi feita no mandato da CDU, não será feita no mandato do PS. Em sua opinião perdeu-se uma oportunidade histórica para realizar esta obra. O senhor Vereador Estêvão Pereira referiu que contudo o que está hoje em discussão é a moção apresentada pela CDU e o que lhe parece é que alguém está a querer “ir lá atrás” para justificar hoje aquilo que não tem qualquer justificação.

O senhor Vereador João Pereira, mediante prévia autorização do senhor Presidente da Câmara perguntou o que é que o deputado do PCP – João Oliveira – propôs de concreto quanto ao Paço dos Henriques: Que obras propôs? Que formato de ocupação propôs? Que projecto de funcionamento propôs?

O membro João Antunes disse que perante aquilo a que vem assistindo vê claramente “o antes e o depois”. Em seu entender foi inaugurada uma nova forma de fazer política com o envolvimento das populações nas três sessões de trabalho realizadas nas freguesias. Assistiu-se a sessões explicativas, com humildade, contrariamente ao que existia nos mandatos anteriores. Disse ainda este membro que pelo teor da discussão a que está a assistir pode constatar que a CDU não aprendeu nada desde 11 de Outubro de 2009. Disse este membro ao senhor Vereador Estêvão Pereira que a intervenção que fez acerca da localização do Pavilhão de Aguiar é elucidativa do seu modo de agir. Quando referiu que o local estava decidido, provavelmente estava mas seguindo a sua própria opinião e hoje em dia existem métodos mais modernos de fazer as coisas, sobressaindo de entre eles a auscultação das pessoas. Quanto ao IC33, disse o membro João Antunes que não faz qualquer sentido essa referência na moção pois já se encontra publicitado o Edital sobre o Estudo Prévio relativo ao Impacte Ambiental do respectivo traçado.

O senhor Presidente da Câmara disse, relativamente ao Paço dos Henriques, que para se efectuar a intervenção é necessário um projecto e só haverá verba quando o projecto estiver concluído. Assim, o próprio Deputado sabe que as suas propostas não podem resultar uma vez que o projecto está a ser elaborado na Direcção Regional da Cultura. Disse ainda o senhor Presidente da Câmara que independentemente dos Partidos pelos quais cada um foi eleito, é inegável que os investimentos no concelho deixarão toda a gente satisfeita. Disse que a maioria eleita está a trabalhar nos assuntos e em sua opinião existe por parte da CDU um problema de coerência pelos anos que foi poder e não conseguiu atingir determinados objectivos. Assim, apelou o senhor Presidente da Câmara à necessidade de mais algum tempo para que os resultados possam surgir. Disse ainda o senhor Presidente da Câmara que relativamente ao quartel da GNR, a última informação de que dispõe é que a própria GNR está a levantar questões quanto à recuperação, pois existe um projecto Standard cuja construção nova fica mais barata do que a recuperação.

A Moção foi então posta a votação tendo sido rejeitada com oito votos contra. Verificaram-se cinco votos a favor por parte dos membros João Henrique Carracha Garcia, Rui Manuel Pires Penetra, Vera Lúcia Bonito Cardoso, João Manuel Rosado e José Francisco Rato e uma abstenção por parte do membro Francisco Aquilino Chibeles Mestre.

O senhor Presidente da Assembleia declarou encerrado o período de antes da ordem do dia.

Iniciado o período da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia propôs a inclusão de um ponto adicional:

**“8.º Ponto)** Proposta de afectação aos Municípios associados da AMCAL das despesas com Pessoal em 2011”.

A Assembleia autorizou por unanimidade a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos.

O senhor Presidente da Assembleia referiu que em virtude da presença nesta sessão de uma pessoa da Empresa que colaborou na Reorganização dos Serviços Municipais imposta pelo Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, considerava importante alterar a ordem dos pontos da ordem de trabalhos passando o Quinto Ponto a figurar como segundo e sendo reenumerados em conformidade os pontos subsequentes. Nenhum dos membros da Assembleia se opôs, pelo que a ordem de trabalhos desta sessão ficou assim constituída:

- 1) Proposta de aprovação da acta em minuta;
- 2) Propostas relativas à organização dos Serviços Municipais:
  - a) Aprovação do modelo de estrutura orgânica;
  - b) Aprovação da estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares;
  - c) Definição do número máximo de unidades orgânicas flexíveis;
  - d) Definição do número máximo total de subunidades orgânicas;
  - e) Definição do número máximo de equipas de projecto;
  - f) Designações, competências, área e requisitos de recrutamento e níveis remuneratórios dos cargos de direcção intermédia de 3.º grau.
- 3) Apreciação de informação escrita sobre a actividade da Câmara;
- 4) Pedido de autorização para atribuição da Medalha de Honra do Município à Casa do Benfica em Viana do Alentejo, nos termos do Regulamento Municipal de Insígnias e Medalhas;
- 5) Pedido de autorização para atribuição da Medalha de Honra do Município ao Grupo Cultural e Desportivo de Aguiar, nos termos do Regulamento Municipal de Insígnias e Medalhas;
- 6) Proposta de aprovação do Mapa de Pessoal para 2011;
- 7) Proposta de aprovação dos Documentos Previsionais para 2011.
- 8) Proposta de afectação aos Municípios associados da AMCAL das despesas com Pessoal em 2011.

Entrou-se então na ordem de trabalhos:

Primeiro ponto) Proposta de aprovação da acta em minuta – A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a acta em minuta no final da sessão.

**Segundo ponto) Propostas relativas à organização dos Serviços Municipais: a) Aprovação do modelo de estrutura orgânica; b) Aprovação da estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares; c) Definição do número máximo de unidades orgânicas flexíveis; d) Definição do número máximo total de subunidades orgânicas; e) Definição do número máximo de equipas de projecto; f) Designações, competências, área e requisitos de recrutamento e níveis remuneratórios dos cargos de direcção intermédia de 3.º grau** – O senhor Presidente da Câmara apresentou genericamente o

quadro legal subjacente à nova organização, estrutura e funcionamento dos Serviços Municipais, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro. Informou que nos termos do artigo 19.º desse diploma, os Municípios terão que proceder à revisão das suas estruturas organizacionais até ao dia 31 de Dezembro de 2010. Referiu ainda o senhor Presidente da Câmara que nos termos do artigo 6.º do mesmo diploma, à Assembleia Municipal compete – sob proposta da Câmara – aprovar o modelo de estrutura orgânica e a estrutura nuclear, cabendo-lhe definir as unidades orgânicas nucleares bem como o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, de subunidades orgânicas, de equipas multidisciplinares e de equipas de projecto. Disse o senhor Presidente da Câmara que tendo-se recorrido à contratação destes serviços junto da Empresa Smartvision, está hoje presente uma técnica da referida empresa que se prontificou a colaborar na explicação desta matéria aos membros da Assembleia e eventualmente no esclarecimento das dúvidas que se colocarem. O senhor Presidente da Câmara agradeceu assim a presença da Dr.ª Ana Abade a quem passou de imediato a palavra.

Esta começou por referir que o novo quadro legal aplicável a estas matérias procede a uma transferência clara das competências anteriormente cometidas à Assembleia Municipal para a Câmara Municipal e para o Presidente da Câmara. No âmbito deste novo modelo, compete à Assembleia Municipal dar a permissão para que a concretização se efectue. O novo modelo introduz também a possibilidade de criar cargos dirigentes de grau inferior ao de Chefe de Divisão, correspondendo-lhe também remuneração inferior.

Assim, nos termos da alínea n) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal aprovou o seguinte Modelo de Organização Interna dos Serviços Municipais, bem como disposições relativas a cargos de direcção intermédia de 3.º grau:

- A Organização Interna dos Serviços Municipais obedecerá ao modelo de estrutura hierarquizada, aplicada às funções de suporte e organização dos serviços municipais e às funções de natureza operativa.
- A estrutura hierarquizada será constituída por Unidades Flexíveis, sob a forma de Divisões Municipais ou Unidade e por Subunidades Orgânicas.
- A dotação máxima de unidades orgânicas flexíveis é fixada em 7 sendo 4 asseguradas por cargos de direcção intermédia de 2.º grau, com a designação de Chefe de Divisão e 3 asseguradas por cargos de direcção intermédia de 3.º grau.
- A dotação máxima de subunidades orgânicas é fixada em 4 e a dotação máxima de equipas de projecto é fixada em 2.
- Aos cargos de direcção intermédia de 3.º grau estão cometidas funções de direcção, gestão, coordenação e controlo das unidades funcionais com níveis de autonomia, responsabilidade e dimensão apropriadas.
- Os cargos de direcção intermédia de 3.º grau têm a denominação de Coordenador de Unidade.
- Os titulares dos cargos de direcção intermédia de 3.º grau são recrutados por procedimento concursal nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente. O recrutamento é feito de entre trabalhadores licenciados dotados de competência técnica e aptidão para o

exercício de funções de direcção, coordenação e controlo que reúnam 2 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.

- A remuneração dos dirigentes intermédios de 3.º grau corresponderá a 45% do montante fixado para os cargos de direcção superior de 1.º grau.
- Aos dirigentes intermédios de 3.º grau são abonadas despesas de representação em 15% do montante fixado para os cargos de direcção superior de 1.º grau.

A deliberação foi tomada com cinco abstenções por parte dos seguintes membros: João Henrique Garcia, José Francisco Rato, Rui Manuel Penetra, Vera Bonito Cardoso e Francisco Mestre.

Terceiro ponto) **Apreciação de informação escrita sobre a actividade da Câmara** – O membro Sara Pajote recomendou que as futuras informações venham organizadas cronologicamente. Também este membro informou que foi realizada em Alcáçovas uma acção de sensibilização na sequência dos frequentes episódios veiculados pela comunicação social de idosos burlados com notas falsas. Estiveram presentes trinta e oito idosos. Quanto à atribuição da loja n.º 3 do Mercado de Alcáçovas para comercialização de material informático, disse este membro que esta situação vai contribuir para uma maior descaracterização daquele espaço.

O membro Rui Penetra perguntou qual o ponto da situação da obra de remodelação do Estaleiro Municipal de Viana do Alentejo. O senhor Presidente da Câmara respondeu que se estão a desenvolver os mecanismos necessários para voltar a abrir concurso para adjudicação da obra.

Quanto à transferência para a Associação dos Amigos Aguiarenses por actividades desenvolvidas com as crianças, disse o membro José Francisco Rato considerar pouco os 120,00 € deliberados. A este propósito o senhor Presidente da Câmara referiu que este foi o montante informado pela Associação que sem dúvida realizou um trabalho exemplar.

O membro Sara Pajote perguntou se os materiais e/ou equipamentos associados aos Protocolos de Delegação de Competências constituem “receitas extraordinárias” transferidas pela Câmara ou são privilégio de alguma Junta de Freguesia. O senhor Presidente da Câmara, identificando que o membro Sara Pajote se está a reportar a um soprador que a Câmara comprou para a Junta de Freguesia de Aguiar, disse que tendo em conta o preço deste pequeno equipamento, a situação não vai criar concerteza desestabilização entre as Juntas de Freguesia e não pode ser interpretada como se de tratamento desigual se tratasse.

Quarto ponto) **Pedido de autorização para atribuição da Medalha de Honra do Município à Casa do Benfica em Viana do Alentejo, nos termos do Regulamento Municipal de Insígnias e Medalhas** – Nos termos do Regulamento Municipal de Insígnias e Medalhas, a Assembleia autorizou por unanimidade a atribuição da Medalha de Honra do Município à Casa do Benfica em Viana do Alentejo, com os fundamentos constantes da proposta elaborada pela Divisão de Acção Sócio-Educativa.

Quinto ponto) **Pedido de autorização para atribuição da Medalha de Honra do Município ao Grupo Cultural e Desportivo de Aguiar, nos termos do Regulamento Municipal de Insígnias e Medalhas** – Nos termos do Regulamento Municipal de Insígnias e Medalhas, a Assembleia autorizou por unanimidade a atribuição da Medalha de Honra do Município ao



Grupo Cultural e Desportivo de Aguiar, com os fundamentos constantes da proposta elaborada pela Divisão de Acção Sócio-Educativa.

**Sexto ponto) Proposta de aprovação do Mapa de Pessoal para 2011** – O senhor Presidente da Câmara apresentou a proposta de Mapa de Pessoal para 2011 que integrará o Orçamento Municipal do próximo ano.

Votada esta proposta foi a mesma aprovada com cinco votos contra por parte dos membros Vera Cardoso, Rui Penetra, José Francisco Rato, João Garcia e João Rosado e uma abstenção por parte do membro Francisco Mestre.

**Sétimo ponto) Proposta de aprovação dos Documentos Previsionais para 2011** – O senhor Presidente da Câmara apresentou os Documentos Previsionais para 2011 salientando que a maior relevância provém da execução dos mesmos. Os Documentos em apreço são os seguintes:

- Orçamento para 2011;
- Plano Plurianual de Investimentos 2011/2014;
- Plano de Actividades Municipais;
- Grandes Opções do Plano.

O membro Rui Penetra, reportando-se ao Projecto n.º 10/2010 constante do Plano Plurianual de Investimentos, denominado “Aquisição de Varredoura” com uma dotação definida de 15.000,00 €, perguntou qual a intenção desta inclusão uma vez que a Câmara Municipal tem delegadas as competências relativas à limpeza urbana.

O membro Francisco Mestre referiu que em seu entender deverá ser abolido o lançamento da derrama, uma vez que representa uma insignificância no total das receitas municipais e não contribui em nada para o desenvolvimento do concelho.

O senhor Presidente da Câmara, a este propósito, disse que perante a conjuntura que actualmente se vive não será aconselhável abdicar dessa receita mesmo sendo pequena. O agravar da situação em termos de financiamento municipal não permitiu que se abolisse a derrama.

O membro Francisco Mestre, relativamente aos loteamentos previstos no Plano Plurianual de Investimentos, perguntou se são habitacionais ou industriais tendo o senhor Presidente da Câmara esclarecido que são habitacionais.

Perguntou ainda este membro, relativamente ao relvado do campo de futebol, qual o campo que irá ser relvado.

O senhor Presidente da Câmara, a este propósito, disse que a intenção é conseguir candidatar um campo ao Programa do “Primeiro Relvado” e em princípio será o campo existente na sede do concelho.

Perguntou ainda o membro Francisco Mestre qual o ponto da situação da revisão do PDM. O senhor Presidente da Câmara disse que a sua expectativa é de que em Janeiro possa ser submetida uma proposta à Câmara Municipal.

O membro João Rosado, referindo-se ainda ao relvado do campo de futebol perguntou quem irá efectuar a manutenção aos clubes tendo o senhor Presidente respondido que serão os

próprios clubes a ter que a assegurar. O membro João Rosado disse ter dúvidas sobre essa possibilidade, na prática.

O senhor Vereador João Pereira, ainda a este propósito, disse que sendo o relvado sintético, exige muito menos manutenção do que o tradicional.

Votados os Documentos Previsionais para 2011, foram os mesmos aprovados com a abstenção do membro Francisco Mestre e com cinco votos contra por parte dos membros Rui Penetra, João Rosado, João Garcia, José Francisco Rato e Vera Cardoso. O membro Rui Penetra referiu que o seu voto contra se justifica pelo facto de não ter visto esclarecida a pergunta que fez quanto ao Projecto da Varredoura.

**Oitavo ponto) Proposta de afectação aos Municípios associados da AMCAL das despesas com Pessoal em 2011** – Nos termos do artigo 31.º, n.º 5 dos Estatutos da Associação de Municípios do Alentejo Central, a Assembleia aprovou por unanimidade a proposta de afectação das despesas com pessoal aos Municípios associados, utilizando como método a população de cada um dos Municípios, tal como em anos transactos.

Encerrada a ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de intervenção do público.

O senhor Francisco Mestre disse ter lido numa das actas da reunião da Câmara Municipal a aprovação da proposta de contratação em regime de avença de um Técnico Superior essencialmente para elaborar candidaturas a financiamentos. Fez notar que no concelho existe a Associação Terras Dentro que faz exactamente esse trabalho.

O senhor Presidente da Câmara disse que o convite que foi formulado ao Técnico em causa teve por base o conhecimento do seu currículo e o facto do mesmo se adequar às necessidades específicas do Município nesta área.

Relativamente à anulação do concurso relativo à empreitada do Centro Escolar de Viana, disse o senhor Francisco Mestre ter dificuldade em perceber como é que tendo o projecto falhas que motivaram a anulação do concurso, não tenha havido um assumir de responsabilidades em concreto.

O senhor Presidente respondeu que a sua qualidade faz dele o responsável por esses erros.

O senhor João Rosado, ainda a propósito do Centro Escolar, referiu que afinal o problema não foi só com o projecto que já existia pois embora o mesmo tenha sido remodelado continuaram a existir falhas.

O senhor Presidente da Câmara, em relação ao Projecto anterior do Centro Escolar, disse que aquilo que foi detectado é que alguns aspectos não estavam regulamentares, a nível da concepção. Disse que o que motivou agora a anulação do concurso foi a falta de alguns elementos que os serviços técnicos não detectaram, possivelmente por uma deficiente confirmação das respectivas peças.

O senhor Estêvão Pereira solicitou que no período de 30 minutos destinado à intervenção do público, não seja contabilizado o tempo utilizado pelo Presidente da Câmara para as respostas.

O senhor Estêvão Pereira, a propósito da intervenção do senhor João Antunes dando um grande ênfase às sessões públicas realizadas com a população e referindo que “foi inaugurada uma nova forma de fazer politica”, disse que não se está a fazer mais do que aquilo que no passado já se fez. Quanto à decisão sobre o Pavilhão de Aguiar e também a propósito da intervenção do senhor João Antunes, disse o senhor Estêvão Pereira que essa decisão foi da Câmara e da Assembleia Municipal depois de terem sido realizadas duas reuniões naquela freguesia. Disse ainda o senhor Estêvão Pereira, ironizando, que “no passado, no tempo das trevas, havia a prática de reunir uma vez por mês com as três Juntas de Freguesia, em simultâneo, enquanto que hoje as reuniões são efectuadas separadamente e as dúvidas são imensas, conforme ficou demonstrado pela intervenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas”.

O senhor João Antunes disse que independentemente do tempo que permanecermos neste concelho, não deverá haver cidadãos de primeira e cidadãos de segunda pois residindo em Aguiar há cerca de seis anos não se recorda de que alguma vez a anterior Câmara tenha lá ido para efectuar qualquer sessão de trabalho. Disse ainda o senhor João Antunes que existe uma acta de uma reunião da Câmara, no mandato anterior, em que o senhor Estêvão Pereira afirmou que o Pavilhão de Aguiar será construído sobre o ringue e disse exactamente a mesma coisa numa iniciativa em Aguiar. Esse discurso mudou apenas na altura do programa eleitoral em que começou a direccionar-se para a realização de um referendo à população.

O senhor Estêvão Pereira perguntou ao senhor João Antunes quem é que ele acha que deverá tomar a decisão sobre a construção do Pavilhão.

O senhor João Antunes respondeu que os métodos de fazer as coisas hoje são diferentes. Os processos de elaboração da Agenda 21 Local, da revisão do PDM e outros são exemplos de envolvimento das populações na tomada de decisão e reflectem que terminou o tempo “em que os iluminados é que decidiam”.

O senhor Bruno Borges fez notar que na reunião realizada acerca do Plano de Marketing Territorial nenhum dos eleitos da CDU esteve presente.

O senhor João Pereira disse ter ouvido o senhor Estêvão Pereira dizer que a anterior Câmara reunia uma vez por mês com as três Juntas de Freguesia em simultâneo. Disse o senhor João Pereira que actualmente os Gabinetes estão abertos diariamente e que muito recentemente foram realizadas duas reuniões com as Juntas de Freguesia, havendo uma abertura total para o efeito. Disse ainda o senhor João Pereira que em relação ao Paço dos Henriques lhe custa que as pessoas sejam iludidas com o pretenso interesse da CDU nesta matéria pois efectivamente nos últimos oito ou nove anos o processo “encalhou” por motivos insignificantes e até já assumidos pelo anterior Presidente da Câmara. “Depois, em ano de eleições, a CDU lembra-se do Paço dos Henriques e coloca placas culpabilizando o Governo pela ruína do imóvel”. Disse o senhor João Pereira que é inequívoco que a Câmara de maioria CDU deixou “amatagar” aquele espaço e apodrecer os portões. Reconhecendo que os Governos têm obrigações a cumprir na preservação do património, critica-os quando não as cumprem e porque os Alcaçovenses não têm culpa do

estado a que o imóvel chegou. Esta Câmara e a Junta de Freguesia local já contribuíram para que o espaço em causa possa ser visitado sem qualquer perigo tendo até já sido lá realizada uma iniciativa. Disse ainda o senhor João Pereira que a CDU não é a única força política interessada na preservação do Paço dos Henriques pois os eleitos agora em maioria pressionam diariamente as entidades competentes e vão tentando desbloquear os entraves que surgem “na engrenagem”.

O senhor João Garcia disse congratular-se com a realização de reuniões com a população mas convém sublinhar que desde o 25 de Abril que se fazem dessas reuniões inclusive para preparar os Planos de Actividades. Na sua opinião, é bom que se incentivem as pessoas a uma atitude participativa não esquecendo que foi prática corrente reunir com a população até de acordo com os diversos sectores de actividade.

A senhora D. Sara Pajote pediu que a intervenção que fez enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas não seja mal entendida pois as relações entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia a que preside são boas.

O senhor Presidente da Câmara disse que tenta ser o mais objectivo possível nas suas intervenções e não gasta assim tanto tempo nas mesmas. Relativamente à intervenção do senhor João Garcia no sentido de dever ser incentivada a participação das pessoas na tomada de decisões estratégicas para o concelho, o senhor Presidente da Câmara reportou-se à intervenção do senhor Bruno Borges e sublinhou que na reunião sobre o Plano de Marketing Territorial a CDU não se fez representar e por esse motivo deixa a sua crítica. Disse ainda o senhor Presidente da Câmara que o Plano de Marketing é um Plano Estratégico e podendo não ser aquele que a CDU desejaria, tem certamente pontos em que, independentemente das forças políticas pelos quais cada um é eleito, tem que haver concordância porque está subjacente um interesse maior que é o interesse do concelho. Disse ainda o senhor Presidente da Câmara que em determinados pontos da vida do concelho há aspectos que requerem a participação de toda a comunidade e a participação dos elementos da oposição, em todos os órgãos, só enriquece os processos.

O senhor José Francisco Rato, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar, disse concordar com esta visão das coisas e daí que tenha estado presente.

O senhor João Rosado disse que a sua ausência na reunião sobre o Plano de Marketing Territorial ficou a dever-se ao facto de ter estado doente.

O senhor João Antunes informou sobre a sua participação na Assembleia Intermunicipal da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, no passado dia 26 de Novembro.

O senhor Estêvão Pereira advertiu para o facto do senhor João Antunes não ter respondido à pergunta sobre quem achava que deveria decidir sobre a localização do Pavilhão Desportivo de Aguiar. Quanto ao tempo utilizado pelo senhor Presidente da Câmara nas suas intervenções, disse o senhor Estêvão Pereira que ele utilizará aquele que considerar necessário apenas não devendo esse tempo contar – conforme sugestão que fez – para os trinta minutos destinados ao público. Quanto à intervenção que o senhor João Pereira fez acerca do que ele terá assumido relativamente ao Paço dos Henriques, o senhor Estêvão Pereira referiu que efectivamente não disse aquilo que lhe foi imputado. Aquilo que disse e que agora faz questão de repetir foi que as Entidades Câmara, Junta de Alcáçovas, Associação Terras Dentro e Associação dos Amigos das Alcáçovas entenderam que nenhuma delas se devia assumir como protagonista

no processo pelo que deveria ser constituída uma outra Associação para esse efeito. À data, o Dr. Amado ficou de fazer os Estatutos e a Direcção Regional da Cultura ficou de fazer o projecto.

O senhor João Pereira perguntou então o que terá “encalhado” o processo e há quantos anos, tendo o senhor Estêvão Pereira dito que provavelmente foi a falta do projecto. O senhor João Pereira disse que a inércia deste processo demonstra bem o interesse da Câmara para com ele pois foi ficando à espera “da última moda dos Estatutos”. Dado que o Dr. Amado não era Presidente da Câmara nem Vereador, teria a Câmara que pressionar e promover o acelerar do processo.

O senhor Estêvão Pereira reafirmou que o Governo é o único responsável pelo estado a que o imóvel chegou.

O senhor João Pereira reafirmou que a CDU só se tem lembrado do Paço dos Henriques em momentos eleitorais.

O senhor José Luis Pacheco disse que gosta de falar no passado pois o passado serve também para projectar o futuro. Disse que nem antes do 25 de Abril sentiu esse tempo a que o senhor Estêvão Pereira se referiu ironicamente como “tempo das trevas”. Quanto à utilização dos tempos de intervenção dos membros da Assembleia, recomendou o senhor José Luis Pacheco a leitura da acta da última sessão da Assembleia Municipal do mandato anterior, na qual está expresso que foi impedido de falar pelo então Presidente da Assembleia, senhor João Garcia. Lembrou também este membro que numa anterior sessão da Assembleia Municipal, o então Presidente da Câmara, senhor Estêvão Pereira, impediu o então Vereador, senhor Costa da Silva, de falar. Disse que em seu entender agora cumpre-se o Regimento e tem havido até uma maior abertura quanto às intervenções. Contudo, também compreende que “para quem estava habituado a ter a última palavra, mudar de papel, agora é difícil.

O senhor João Antunes disse que perante a intervenção do senhor João Garcia, que apreciou, acredita que tenha havido participação massiva e genuína da população, em determinada altura. Contudo, chegou-se a um certo ponto em que essas boas práticas foram sendo abandonadas porque alguém foi ficando com falta de memória quanto aos bons exemplos e daí que a Câmara tenha deixado de ter um papel pró-activo. Disse ainda o senhor João Antunes que a própria proprietária dos terrenos em Aguiar havia referido que “enquanto estivesse na Câmara a CDU não mais negociava com ela”. O senhor João Antunes disse que agora vê com satisfação uma posição de humildade por parte da Câmara e o envolvimento da base para o topo. As pessoas são chamadas a participar, situação que durante anos não existiu. “Na prática, foi um buraco no tempo”.

A propósito da intervenção do senhor João Antunes, o senhor Vereador Estêvão Pereira disse que “há pessoas que falam simplesmente porque gostam de se ouvir”.

Disse o senhor Estêvão Pereira que nas sessões da Assembleia Municipal, sempre o então Vereador senhor Costa da Silva, eleito pelo PSD, teve oportunidade de falar mediante a sua autorização como Presidente da Câmara. Contudo, houve uma sessão em que a bancada do PSD estava fragilizada e o referido Vereador, que não tinha estado na reunião da Câmara em que determinados assuntos tinham sido discutidos, estava a intervir constantemente na Assembleia. Por esse motivo e uma única vez, enquanto Presidente da Câmara, pediu-lhe que terminasse com

as intervenções. Assim, disse o senhor Estêvão Pereira parecer-lhe deslocada a intervenção do senhor José Luis Pacheco.

O senhor João Garcia disse que nunca a força política CDU se escudou em nada relativamente aos investimentos neste concelho. Desde que existam condições para a realização dos projectos, a posição foi sempre favorável pelo que determinadas acusações não devem ser trazidas para este órgão.

O senhor Presidente da Câmara, relativamente ao IC33, disse que se está a tentar que alguém venha fazer a apresentação técnica do Estudo de Impacte Ambiental que estará em discussão pública até ao dia 25 de Janeiro. É intenção que essa explicação técnica se dirija aos eleitos nos diversos órgãos do concelho.

O senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão às zero horas e quarenta minutos, tendo sido aprovada por unanimidade a minuta relativa à presente acta. O senhor Presidente da Assembleia desejou Boas Festas a todos e respectivas famílias.

Aprovada a 20 de Dezembro de 2010.

O Presidente da Assembleia,

---

O Primeiro Secretário,

---

O Segundo Secretário,

---